



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, trabalho e formação profissional

Construção e avaliação do Currículo Mínimo de Serviço Social de 1979/1982

Thaís Teixeira Closs¹

Resumo: O artigo discute os antecedentes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, com base em pesquisa realizada a partir de entrevistas, estudo bibliográfico e análise de documentos históricos. Enquanto resultados, enfatiza a formação e a renovação profissional crítica no período de 1970-1980, analisando o processo de democratização e redimensionamento da atuação da ABEPSS, ao longo da década de 1980, englobando as pesquisas e os debates avaliativos do Currículo Mínimo de 1979/1982, que proporcionaram importantes acúmulos em termos da construção do novo projeto formativo na década de 1990.

Palavras-chave: fundamentos do serviço social; currículo mínimo de serviço social de 1979/1982; historicidade.

Construction and evaluation of the 1979–1982 Minimum Social Work Curriculum

Abstract: This article discusses the background to the ABEPSS Curriculum Guidelines, based on research conducted through interviews, a literature review and an analysis of historical documents. It highlights the professional training and critical renewal that took place during the period 1970–1980, analysing the process of democratisation and reorientation of ABEPSS's activities throughout the 1980s, encompassing the research and evaluative debates surrounding the 1979–1982 Minimum Curriculum, which provided significant insights for the development of the new training programme in the 1990s.

Keywords: foundations of social work; 1979–1982 minimum social work curriculum; historicity.

1. Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisa de sobre a historicidade e a memória da construção das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que analisou seus antecedentes, determinantes sócio-históricos e fundamentos a partir da interlocução com a teoria social marxista, com base na revisão de literatura, de documentos históricos e na realização de entrevistas. Considerando o marco histórico dos 30 anos da formulação desse projeto formativo, ressalta-se o seu ineditismo face às tendências mundiais do Serviço Social, uma vez que sua construção é representativa das particularidades sócio-históricas assumidas pela profissão no Brasil, cujas raízes residem no legado do Movimento de Reconceitualização Latino-Americano - MRLA (Iamamoto, Santos, 2021) e da vertente crítica da

¹ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: thaisatcloss@gmail.com.

renovação profissional (Netto, 2004, Iamamoto, 2019), em suas repercussões no âmbito da organização política e na formação acadêmica desde o final dos anos 1970. Com base nesses aspectos, o trabalho enfatiza os antecedentes das Diretrizes com ênfase para a formação profissional no período de 1970-1980, analisando o processo de democratização e redimensionamento da atuação da ABESS, ao longo da década de 1980, englobando as pesquisas e os debates avaliativos do Currículo Mínimo de 1979/1982, que proporcionaram importantes acúmulos em termos da construção do novo projeto formativo na década de 1990.

2. Formação e renovação profissional nos anos 1970-1980: antecedentes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

A construção das Diretrizes da ABEPSS tem suas origens históricas na década de 1980, a partir do legado do MRLA e dos acúmulos da vertente crítica de renovação profissional no plano teórico-metodológico e político-organizativo, em suas repercussões na avaliação dos fundamentos e estrutura do currículo mínimo de 1979/1982, bem como no processo de democratização e redimensionamento da atuação da ABESS.

O MRLA representou a insurgência de assistentes sociais contra o conservadorismo e o tradicionalismo a partir da vinculação com as lutas das classes subalternas, promovendo um amplo processo de questionamento do Serviço Social face às particularidades do continente, deixando importantes legados em termos da revisão dos referenciais orientadores da profissão (Iamamoto, Santos, 2021). Foi no âmbito desse Movimento que se estabeleceu a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo, via o conduto da vinculação com organizações político-partidárias, com ênfase para autores e materiais acessados na militância, o que conformou uma apropriação seletiva dessa teoria social e das fontes marxianas (Iamamoto, 2018). Esses processos repercutiram em importantes experiências de reformulação dos projetos formativos das escolas que articulavam esse Movimento, abarcando estágios, currículos e sistematizações metodológicas.

No Brasil, destaca-se o pioneiro projeto desenvolvido no início dos anos 1970 na Universidade Católica de Belo Horizonte, sob a direção de Leila Lima Santos e Consuelo Quiroga, pois nele residem as raízes da renovação crítica da formação profissional. Ele constitui-se num polo de resistência diante da tendência

modernizadora hegemônica nesse período - impulsionada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) - e foi desenvolvido se valendo de subsídios dos debates oriundos do MRLA, do pensamento de Paulo Freire e da esquerda católica, da sociologia crítica brasileira e latino-americana, bem como do marxismo de Althusser, possuindo, portanto, limitações teórico-metodológicas (Batistoni, 2021).

Para além do amplamente conhecido “Método BH” - cuja elaboração contém uma revisão crítica do Método Básico chileno -, esse projeto abrangente² sustentou-se na articulação entre ensino teórico-prático e pesquisa, a partir de uma concepção inédita de organização curricular operacionalizada via Unidades de Ensino e Aprendizagem, incluindo a articulação de projetos semestrais, de programas de estudo e de investigação, bem como a atuação de equipes de prática na relação com os campos de estágio (Batistoni, 2021).

A equipe dessa escola teve um papel fundamental na difusão dos debates da Reconceituação e também nos tensionamentos iniciais para a mudança de direção social da formação no Brasil, uma vez que nesse período a ABESS era liderada por quadros docentes³ do Rio de Janeiro, vinculados à vertente funcionalista, possuindo um funcionamento centralizado nas direções das escolas.

A disputa de hegemonia na entidade se expressa a partir da 18ª Convenção realizada em 1973 na cidade de São Luis/MA, na qual foi aprovada a mudança de denominação de associação de escolas para associação de ensino - ampliando a participação para além de diretores -, e se intensifica na convenção posterior realizada em 1975 em Piracicaba/SP (ABESS, 1975). Os dois eventos tiveram como tema a Reconceituação, com a socialização da experiência de BH e a articulação de segmentos docentes para mudanças no currículo e na condução da entidade. Essa disputa possibilitou a deliberação da PUC-MG como sede da próxima convenção, no ano de 1977.

2 Cujos documentos históricos podem ser acessados via compêndio de pesquisa de Mizoguchi (2024) desenvolvida a partir do acervo disponível na PUCMG.

3 Dentre as quais a docente Maria Amália Arozo, cuja palestra proferida no II Congresso Brasileiro de Assistentes sociais (CBAS) é representativa dessa vertente, apresentando uma crítica conservadora à Reconceituação (Arozo, 1976).

No entanto essa Convenção foi realizada após o término do referido projeto formativo mineiro, o que ocorreu no ano de 1975, dado o acirramento do contexto repressivo ditatorial e enfraquecimento institucional de suas lideranças (Santos, 2007). Portanto, houve um esvaziamento da participação de segmentos críticos nesta Convenção, tendo pouco êxito o debate em torno da mudança curricular, embora nela tenha ocorrido importante mobilização estudantil reivindicando maior participação na entidade, bem como a composição de uma nova chapa da ABESS mais aberta aos debates reconceituadores (ABESS, 1977).

Nesse contexto, foi fundamental a atuação do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) na transição dos anos 1970 a 1980, via suas pesquisas e atividades de capacitação. Esse Centro, no seu projeto fundador – entre 1974 a 1984, sob coordenação de Leila Lima Santos – impulsionou investigações que possibilitaram a crítica teórica e política dos dilemas do MRLA, superando e ao mesmo tempo preservando as suas conquistas, inscrevendo a “análise do Serviço Social no âmbito das relações entre as classes – voltado para o conjunto dos segmentos trabalhadores e para as suas lutas – e destas com o Estado, mediatizadas majoritariamente pelas políticas sociais públicas” (Iamamoto, Raichelis, Bravo, 2021, p. 220).

Dentre as diversas pesquisas e publicações desenvolvidas pelo CELATS, bem como ações de capacitação continuada, destacam-se: a Revista Acción Crítica, iniciada em dezembro de 1976; a investigação sobre Historia del Trabajo Social, a qual tem como um de seus produtos o livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (Iamamoto, Carvalho, 2012); e os seus encontros de capacitação, que incidiram na “preparação da virada” no III CBAS (Elpídio, 2021).

Antecede esse Congresso a realização da 21ª Convenção Nacional da ABESS em Natal/RN, na qual ocorreu a revisão curricular que possibilitou a ruptura com o ensino pautado no caso, grupo e comunidade, instituindo a matriz composta por história, teoria e metodologia do Serviço Social (ABESS, 1979). A estrutura e fundamentos do currículo mínimo nela aprovado representam a correlação de forças entre as tendências de renovação (Netto, 2004) postas na profissão nessa conjuntura, quais sejam: o enfraquecimento da vertente modernizadora, dado o próprio avanço das lutas por democracia na sociedade; a emergência e consolidação da vertente fenomenológica, em seus traços de reatualização do conservadorismo; e o

fortalecimento da vertente de ruptura, em articulação com segmentos progressistas.

Essa última vertente foi decisiva na aprovação do currículo, mediante atuação de lideranças docentes que vinham disputando espaço na ABESS nas convenções anteriores, cujas bases organizativas foram impulsionadas pelos seguintes vetores: a federalização de escolas então isoladas, incidindo na articulação de estudantes e professores com as lutas e debates em curso nas universidades públicas; a articulação de docentes de diferentes regiões do país via a formação nos primeiros cursos de pós-graduação; a difusão dos debates da Reconceituação e das pesquisas/ações do CELATS; a vinculação com as lutas sociais em curso na sociedade e com tendências progressistas de desenvolvimento de comunidade.

Nesse momento histórico, também se destaca o fortalecimento do movimento sindical na profissão (Abramides, 2016), o que foi decisivo na articulação da “virada” expressa no III CBAS, a qual evidenciou a relação de segmentos profissionais com forças e organizações sociais progressistas na crise da ditadura (Alves, 1985). Esses processos conformaram bases sociopolíticas que incidiram nos fóruns da ABESS e na discussão do novo currículo mínimo ao longo da década de 1980.

Foi no início dessa década que a 22ª Convenção da ABESS, realizada em Vitória/ES, representou um ponto de inflexão na trajetória da entidade, pois demarca o processo de sua democratização. Nela foi aprovado um novo estatuto que alterou a composição de sua diretoria, garantindo a participação de estudantes e supervisores de campo, sendo também eleita uma nova gestão⁴ composta por segmentos críticos que vinham atuando nas convenções anteriores para a mudança da direção social da formação (ABESS, 1981).

A partir de então a ABESS redimensionou significativamente sua atuação, via eventos regionais e nacionais para além das convenções, juntamente com a realização de pesquisas sobre a implantação e a avaliação do novo currículo. Sobretudo, as ações promovidas pelas gestões⁵ da entidade ao longo dos anos 1980 inscreveram o debate da formação no quadro das lutas pela redemocratização do país e da universidade, conjugando a análise da realidade brasileira com as demandas postas para a profissão em termos da construção de um novo projeto formativo, tematizando sua direção

⁴ Sob a presidência da docente Josefa Batista Lopes.

⁵ As gestões posteriores da ABESS na década de 1980 foram presididas pelas seguintes docentes: Maria Carmelita Yazbek, Eugenia Célia Raizer, Justina Ivo de Araújo Silva e Consuelo Quiroga.

social, pressupostos orientadores, estrutura curricular e bases teórico-metodológicas.

Além disso, há o fortalecimento da atuação da entidade com os segmentos sindicais – dada a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais em 1983, posteriormente extinta em 1989 a partir da deliberação da sindicalização por ramo de atividade (Abramides, 2016) - e também com as gestões de renovação dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais, processo que culminou na gestão do Conselho Federal de 1984 a 1987 que elaborou o novo Código de Ética de 1986 (Bravo, 2009). Consolida-se também a sua articulação com o movimento estudantil, que desde o ano de 1978 vinha realizando encontros nacionais no quadro das mobilizações pela rearticulação da UNE, o que culminou em criação de Secretaria no âmbito dessa entidade e, posteriormente, na constituição da ENESSO na década seguinte (Braz, Matos, 2008).

Também foram fundamentais, nesse contexto, a criação do Caderno ABESS em 1986 – cujo acervo é representativo da trajetória de debates e ações da entidade - e a constituição do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social, enquanto órgão acadêmico da ABESS (CEDEPSS, 1987). Esse organismo atuou na articulação de pesquisas e de pesquisadores, na capacitação profissional e docente, bem como no estímulo à consolidação de grupos de investigação. Sua criação polarizou posições, pois havia segmentos docentes que ensejavam uma associação nacional voltada para as demandas da pós-graduação. A constituição do CEDEPSS foi a estratégia encaminhada para garantir a unidade entre os debates dos dois níveis de ensino, afirmando a importância da pesquisa nas ações da ABESS (Bravo, 2009).

Além dos acúmulos obtidos no plano político-organizativo, abordados até então, também nessa conjuntura histórica, no quadro da crise da ditadura, engendra-se a segunda aproximação do Serviço Social com o marxismo (Iamamoto, 2018). Ela foi caracterizada pela busca de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e da profissão - cultivando uma relação de continuidade e superação com a Reconceitualização, seja na crítica do conservadorismo como da vulgarização marxista -, com destaque para a afirmação da centralidade da “categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx – e a teoria do valor e sua autovalorização pela exploração do trabalho, fruto da extração de mais-valia, ou seja, a Crítica da Economia Política” (Iamamoto, 2018, p. 214).

Nesse âmbito situam-se os decisivos contributos da obra *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil* (Iamamoto In: Iamamoto; Carvalho, 2012) lançada em 1982, uma vez que ela elucida o significado social da profissão - indissociável da questão social, das relações e interesses de classes, materializados no Estado e nos serviços sociais -, bem como a sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, no processo de (re) produção das relações sociais. Logo, foi a rigorosa incorporação teórico-metodológica das fontes marxianas que permitiu apreender o carácter contraditório do exercício profissional, rompendo com o endogenismo e superando teses unilaterais que apreendiam ou o carácter “conservador” da profissão ou sua dimensão “transformadora”. Na obra também se destaca o trato pioneiro da condição do (a) assistente social enquanto trabalhador (a) assalariado (a) e força de trabalho mercantilizada, discutindo a base organizacional em que se inscreve o Serviço Social, tendo o Estado como principal empregador, apesar da sua regulamentação como profissão liberal. Outro aspecto a ser salientado consiste na centralidade atribuída à questão social na profissionalização do Serviço Social na sociedade brasileira, apresentando seus fundamentos no modo de produção especificamente capitalista.

Além disso, nesse período a ABESS deu continuidade e intensificou o acompanhamento da implantação do novo currículo, aprovado pelo MEC em 1982, impulsionando debates e pesquisas que proporcionaram importantes acúmulos no âmbito dos fundamentos profissionais. Nesse sentido, destaca-se o projeto de investigação “A Formação Profissional do Assistente Social no Brasil - determinantes históricos e perspectivas (1983-1984)”, que apresenta um importante balanço de questões serem enfrentadas na análise do projeto formativo, quais sejam: as debilidades na formulação teórica do Serviço Social, relacionadas à ausência da tradição de pesquisa; o balanço crítico das diretrizes da formação, considerando o seu significado e objetivos face às demandas e forças postas na sociedade; a desarticulação na estrutura curricular, dada a ausência de temas ou eixos básicos orientadores; e a necessidade da articulação entre formação e mercado de trabalho (Carvalho, Bonetti, Iamamoto, 1984).

Outra contribuição significativa foi aportada pela equipe da PUC-SP em seu pioneiro projeto de revisão curricular (Yazbek et al, 1984), seja pelos fundamentos analíticos que orientaram a construção dos eixos básicos norteadores do curso e de seu inovador desenho curricular - incluindo projetos de investigação e prática -, como

também pela importante crítica apresentada às ambiguidades e contradições do Currículo de 1982.

As Convenções da ABESS realizadas posteriormente - em 1985 e 1987 nas cidades de Niterói/RJ e Fortaleza/CE – aprofundaram o processo avaliativo da formação profissional. Promoveram mesas sobre a conjuntura nacional e a universidade (Carvalho, 1986), sobre o tema da Teoria, Método e História em Serviço Social (Netto, 1986; Faleiros, 1986), e também painel⁶ sobre o ensino da metodologia em Serviço Social (ABESS, 1987), relativo à investigação realizada pela entidade em parceria com a PUC-SP com a participação de ampla equipe de diferentes unidades de ensino.

Os resultados dessa pesquisa encontram-se publicados na primeira parte do Caderno ABESS n.3 e, em termos sintéticos, identificaram: a presença tripartite das correntes positivista, fenomenológica e marxista no conteúdo da disciplina de Metodologia - com traços ecléticos, ensinadas como particularizações das ciências sociais -, processo no qual o marxismo assumia os contornos de um metodologismo, via a vulgarização do pensamento dialético, perdendo seu patamar de teoria social; e, ainda, a tendência de transição de conteúdos do antigo para o novo currículo mediante uma “mescla” entre Caso, Grupo, Comunidade com o funcionalismo, o fenomenologia e a dialética (ABESS, 1989). Na segunda parte desse Caderno consta também um fecundo debate sobre o tema da metodologia com distintas angulações para a relação teoria/prática a partir da tradição marxista⁷, como evidencia o conteúdo das exposições da equipe de pesquisa e os debates deles decorrentes.

Também nesse período, o importante estudo desenvolvido por Quiroga (1991), identificou, no âmbito do ensino dessa disciplina, as tendências de um “marxismo sem Marx” (p. 92) e de uma “impregnação positivista que mina, no sentido de invadir à ocultas” (p. 11), as próprias concepções fundantes da teoria social marxiana. Dois foram os eixos nos quais essa invasão positivista se manifestava: na explicação do desenvolvimento da sociedade a partir de uma análise mecanicista que enfatizava a determinação econômica, como produto reflexo da infraestrutura sobre a

⁶ O qual contou com a participação de Aldaíza Sposati, Rosângela Batistoni e Marilda Iamamoto (ABESS, 1987), sendo essa última exposição publicada em coletânea de textos formulados nos anos 1980 (Iamamoto, 2011).

⁷ Quais sejam: a premissa da indivisibilidade da teoria/ação no interior da teoria social de Marx; a ênfase para a superação do senso comum, a investigação/ação e o trabalho pedagógico a partir da concepção gramsciana de práxis; e o destaque para a correlação das forças sociais e mediação entre re-produção e re-presentação (ABESS, 1989).

superestrutura; e a redução do pensamento marxista a uma teoria do conhecimento, desconsiderando a dimensão crítico-revolucionária da obra marxiana. Tendências que repercutiram em compreensões fatalistas ou messiânicas da profissão, justamente por não apreenderem a historicidade e as contradições postas na realidade (Iamamoto, 2011).

Nesse horizonte, os debates avaliativos do currículo de 1982 permitiram um aprofundamento significativo em termos da construção de um novo projeto formativo da categoria. Problematicaram o ensino tripartite do positivismo, da fenomenologia e do marxismo, bem como o ecletismo e a relação entre pluralismo e hegemonia (Coutinho, 1991), de modo a adensar a compreensão das matrizes do pensamento social e das concepções de teoria e de metodologia a ela inerentes, possibilitando afirmar a unidade entre história, teoria e método, a qual é fundante do pensamento marxiano. Ou seja, essa unidade consiste na “indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método – não se reduzindo a pautas de procedimentos do conhecer e/ou agir – expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento” e, portanto, do ponto de vista da análise da profissão e da realidade, requer que “os fenômenos e os processos sociais sejam retraduzidos na esfera do pensamento, que procura apreendê-lo nas suas múltiplas relações e determinações, em seu processo de constituição e de transformação, pleno de contradições e mediações (em sua totalidade)” (Iamamoto, 2008, p. 26).

Além disso, esses debates foram essenciais para superar equívocos e polêmicas postas no campo dos fundamentos do Serviço Social, tais como: a separação entre metodologia do conhecimento e da ação; o formalismo no trato das teorias sociais, reduzindo-as a abordagens classificatórias e mecanicistas; e a tônica endogenista expressa na busca de uma especificidade calcada em uma teoria e metodologia própria da profissão. Nessa direção, assume-se o pressuposto analítico de que o Serviço Social “não se afirma como necessário na sociedade como um ramo do saber, no quadro da divisão de trabalho entre as ciências”, mas sim como “um tipo de especialização do trabalho na sociedade que carrega em si um suposto de explicação da vida social como base para a ação, para a intervenção no processo social” (Iamamoto, 2011, p. 175). Portanto, não se trata de conceber a profissão como disciplina dotada de uma teoria ou metodologia própria – mas sim privilegiar uma base teórico-metodológica que, “não

sendo propriedade privada do Serviço Social ou de qualquer outra disciplina particular, afigura-se como uma matriz de explicação da vida social, dispondo de um acervo heurístico para ler a sociedade e para iluminar a ação nessa sociedade” (idem, p. 176).

3. Considerações finais

A exposição dos resultados da pesquisa buscou recuperar a historicidade da formação profissional, evidenciando que os antecedentes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS residem nos desdobramentos do legado do MRLA e da vertente crítica de renovação profissional ao longo dos anos 1980, engendrando importantes acúmulos no plano político-organizativo e teórico-metodológico do Serviço Social brasileiro.

Dentre esses acúmulos, destaca-se que a democratização/redimensionamento da atuação da ABESS e a segunda aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, no quadro da crise da ditadura, consistiram em vetores essenciais que direcionaram o processo avaliativo do currículo mínimo de 1979/1982, inscrevendo o debate da formação profissional no quadro das lutas pela redemocratização do país e da universidade, conjugando a análise da realidade brasileira com as demandas postas para a profissão em termos da construção de um novo projeto formativo. Isto se expressou numa fecunda análise sobre a direção social, os pressupostos orientadores, a estrutura curricular e as bases teórico-metodológicas da formação profissional, com ênfase para os temas da história, teoria e metodologia do Serviço Social, do ecletismo e do pluralismo, adensando a apropriação da ampla tradição marxista.

A partir desses processos, a construção coletiva das Diretrizes, na década de 1990, se deu mediante ampla dinâmica participativa com as unidades ensino, viabilizada pela ABESS/CEDEPSS, contando com o apoio de consultores, conformando um projeto formativo denso de historicidade, desafiando o resgate da memória de sua construção junto às novas gerações de assistentes sociais, com vista a defesa de sua consolidação na atualidade, diante dos desafios postos pelas atuais configurações do ensino superior para a formação em Serviço Social.

Referências

- ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ABESS. **Relatório da 19ª Convenção**. ABESS: Piracicaba, 1975.
- ABESS. **Relatório da 20ª Convenção**. ABESS: Belo Horizonte, 1977.
- ABESS. **Proposta de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social**. ABESS: Natal, 1979.
- ABESS. **Relatório da 22ª Convenção**. ABESS: Vitória, 1981.
- ABESS. **Relatório da 25ª Convenção**. ABESS. ABESS: Fortaleza, 1987.
- ABESS. **Parte Primeira: Ensino de metodologia nos cursos de Serviço Social**. Caderno ABESS, São Paulo, Cortez, n. 3, 1989.
- ABESS. **Parte Segunda: Metodologia – uma questão em questão**. Caderno ABESS, São Paulo, Cortez, n. 3, 1989.
- ABRAMIDES, M. B. C. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. Serviço Social e Sociedade nº 127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?lang=pt&format=pdf>.
- AROZO, Maria Amália. **O ensino e a realidade**. In: CFAS. Anais do II CBAS - Recife (1976). CBCISS: Rio de Janeiro, 1979.
- BATISTONI, R. **Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias**. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Org.). *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- BRAVO, M. I. S. **O significado político e profissional do Congresso da Virada para o serviço social brasileiro**. Serviço Social e Sociedade, n.100, 2009.
- BRAZ, M.; MATOS, M. C. **30 anos de rearticulação do movimento estudantil em serviço social**. Serviço Social e Sociedade, n. 96, 2008.
- CARVALHO, A. M. P; BONETTI, D. A.; IAMAMOTO, M. V. **Projeto de investigação a formação do assistente social no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, n. 14, 1984.
- CARVALHO, A. M. P. **O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira**. Caderno ABESS n. 1, 1986.

CEDEPSS. **Estatuto do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social**. ABESS: Fortaleza, 1987.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. *Textos & Contextos*, v. 24, n.1, 2025. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/49026>.

COUTINHO, C. N. **Pluralismo: dimensões teóricas e políticas**. Caderno ABESS n. 4, 1991.

ELPÍDIO, M. H. **Preparando a “Virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do Serviço Social brasileiro**. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

FALEIROS, V. P. **Teoria, método e história na formação profissional**. Caderno ABESS n. 1, 1986.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação**. *Libertas*, v. 18, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603>.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação do Serviço Social** no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade*, n. 136, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RJ3mPJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/abstract/?lang=pt>.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **Introdução**. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R.; BRAVO, M. I. S. **A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade**. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

MIZOGUCHI, J. F. **Ação Popular e Serviço Social**: aproximações a partir do projeto profissional da ESS-UCMG (1969-1975). Dissertação de mestrado. PPG Política Social e Serviço Social. Porto Alegre: UFRGS, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/291304>.

NETTO, J. P. **Teoria, método e história na formação profissional**. Caderno ABESS n. 1, 1986.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no pós-64. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, L. L. **Serviço Social na América Latina**: 1970-1980. Revista Em Pauta nº 20, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/167>.

YAZBEK, M. C.; OLIVEIRA, I. I. M. C; DELGADO, M. B. G.; IAMAMOTO, M. V. LEITE, R. S. C. **Projeto da revisão curricular da Faculdade de Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, n. 14, 1984.